

PHILIPPE ARIÈS: A PAIXÃO PELA HISTÓRIA*Philippe Ariès: Passion for History*Raquel Discini de Campos¹**RESUMO**

O artigo mapeia a trajetória pessoal e intelectual de Philippe Ariès (1914-1984), um dos mais influentes historiadores franceses do século XX. Analisa o caminho pouco acadêmico trilhado por ele ao longo da vida, bem como a consagração tardia ocorrida no campo historiográfico internacional. Situa a produção bibliográfica do autor em meio ao amplo movimento de renovação das pesquisas históricas ocorrida na segunda metade do século XX, destacando os principais temas abordados em suas pesquisas: a morte, a sexualidade, a vida cotidiana e, principalmente, a história da criança. No que diz respeito a este último tema, discute as principais teses defendidas por Ariès - muitas delas atualmente superadas, mas, não por isso, menos seminais - no livro *História Social da Criança e da Família*, uma obra clássica interdisciplinar.

Palavras-chave: Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, Biobibliografia.

ABSTRACT

The article maps Philippe Ariès's personal and intellectual reflection (1914-1984), one of the more influential French historians in the 20th century. It analyses the rarely academic way chosen by him throughout his life, as well as the late renown occurred in the international historiographical field. It places the author's bibliographical production during the wide movement of renovation of the historical researches occurred in the second half of 20th century, by highlighting the main themes broached on his researches: the death, the sexuality, the everyday life and, principally, the child history. As far as the last one concerns, it discusses the mains thesis defended by Ariès - many of them currently overcame, but, not due to this, less seminal - in the book *Social History of the Child and the Family*, an interdisciplinary classical work.

Key words: Philippe Ariès, *Social History of the Child and Family*, *Biobibliography*.

Um historiador marginal

Um “marginal” e um “vagabundo sem casa”. Assim o grande Philippe Ariès (1914-1984) costumava referir-se à si ao analisar a própria trajetória como historiador no final da vida. Se pensarmos no marginal como um indivíduo que transita pelas bordas de um campo de saber, ou como aquele que se situa na periferia (à margem) do poder institucionalizado das universidades, sem dúvida concordaremos com ele.

¹ Historiadora, mestre e doutora em Educação Escolar. Atualmente é professora adjunta de História da Educação na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, onde atua na graduação e na pós-graduação. Publicou, dentre artigos científicos e capítulos de livros, *A “princesa do sertão” na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920* (Annablume, 2004) e *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história* (Ed. Unesp, 2009). E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

Esse intelectual trillhou um caminho pouquíssimo usual como pesquisador. Não por acaso, sua autobiografia, lançada na França, em 1980, momento em que era reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes historiadores do século XX, é intitulada *Un historien du dimanche*, ou seja, *Um historiador de domingo*. Publicado no Brasil em 1994, o livro teve o título acertadamente traduzido para *Um historiador dileitante*.

O *dileitante*, segundo o dicionário *Houaiss* da Língua Portuguesa, é dentre outros significados, aquele que “pratica uma arte, um ofício etc. como um passatempo, e não como um meio de vida”. Ao lermos as memórias de Ariès, inferimos a grande probabilidade de que o *dileitante* tenha empreendido parte de suas pesquisas históricas *au dimanche*.

Mas o que explicaria tal excepcionalidade?

Antes de tudo, uma situação profissional desprendida da universidade e dos centros de pesquisa histórica da Europa, daí a idéia de “vagabundo sem casa”. Ao longo de trinta e sete anos este intelectual trabalhou, prioritariamente, como diretor de um instituto voltado para o conhecimento, catalogação e estímulo à plantação de frutas tropicais nas colônias francesas estabelecidas no continente africano.

Ariès se dedicava, especificamente, ao serviço de documentação: cuidava do fundo da biblioteca referente às frutas, criava e conservava arquivos a respeito delas e ainda preparava publicações que auxiliavam os comerciantes franceses a investirem na África.²

Nada mais estranho à história da criança, da educação, da família e da morte, temas tão caros ao autor e pelos quais ele, já em idade avançada, se tornou mundialmente conhecido. Nada mais estranho, ainda, ao mundo da universidade, com seus ritos de passagem e consagração, agrupamentos de pessoas em torno de pesquisas conjuntas e publicações comuns, realização de colóquios, seminários etc.

No entanto, conforme diagnosticado pelo próprio autor, talvez uma tarefa um tanto burocrática, como a de diretor do referido instituto tenha contribuído para o desenvolvimento das suas célebres pesquisas: (...) “essa tarefa, não absorvendo totalmente meu espírito, deixava-me livre para prosseguir minhas leituras e reflexões” (ARIÈS, 1994, p. 82). Leituras e reflexões realizadas muito mais por curiosidade, desejo e prazer do que por obrigação, é preciso lembrar.

Assim Ariès procedeu por quase quatro décadas. Oficialmente, no horário do expediente, se ocupava das frutas tropicais produzidas pelos franceses na África. No tempo livre (à noite? Aos domingos? Nas horas de ócio ou de lazer?) fazia perguntas inteiramente originais ao presente/passado do homem ocidental; trabalhava com fontes inéditas e ainda por cima abordava temas absolutamente incomuns dentro da historiografia de seu tempo.³ Perguntas, fontes e temas que iriam mudar radicalmente o conhecimento sobre a história dos europeus, conforme veremos.

Nada mal para um historiador que praticava o ofício aos domingos!

² Nos séculos XIX/XX, ocorreu intenso processo de imperialismo europeu junto aos territórios africanos e asiáticos. Destaca-se o movimento francês de ocupação da Argélia, Tunísia, Sudão, Costa do Marfim, Marrocos, Saara e Senegal. Nos anos de 1960 e 1970, essas e outras regiões foram paulatinamente se tornando independentes da França (HOBBSAWM, 2009).

³ Historiografia é uma palavra polissêmica. Aqui, ela é utilizada em seu sentido original: a escrita da História.

Mas como explicar a paixão do burocrata das frutas, ou do “comerciante de bananas” – como queriam alguns – pela História?

Em primeiro lugar, conforme ele mesmo explicou, a curiosidade em relação ao passado se deu a partir da experiência compartilhada de menino com os velhos da família, com uma “parentela densa e calorosa” ou com a “sociedade dos idosos” que freqüentou desde sempre. Tal parentela era formada pelas tias, tios, avós, parentes de graus variados e pelos amigos desses, que se visitavam cotidianamente, e em meio aos quais o jovem Philippe cresceu.

Essas estadas fora me fascinavam, não importando a idade de meus anfitriões nem mesmo que houvesse crianças de minha idade. Eu já gostava da sociedade dos idosos. Essas férias longe de casa ocupam lugar importante na minha vocação e formação de historiador (ARIÈS, 1994, p.22).

Desse grupo de anciãos com o qual conviveu na infância, emerge a figura do avô, um amante dos livros de História, com quem ansiava passar as férias na região vinícola de Bordeaux (“foi ele quem me fez gostar de história”, 1994, p. 22); os empregados domésticos oriundos da Martinica, que buscavam manter a cultura natal, dentro da casa da família Ariès, por intermédio da preservação das tradições da ilha (“velhas negras, ex-escravas ou filhas de escravos, que dirigiam a casa”, 1994, p. 14); e ainda as senhoras idosas com quem convivia ou morava (“nelas reencontro o essencial do meu patrimônio, o amor pelo passado, o gosto pelo presente e pela vida”, 1994, p. 35). Dentre elas, destaca-se a influência da sempre lembrada tia Laure, de quem era bastante próximo.

Tia Laure passou a vida cuidando de doentes: seu pai, seu irmão, sua irmã e, finalmente, minha avó, que vivia com ela em nossa casa. Voltando à infância, paralisada por ataques, era preciso, de manhã, carregá-la da cama até uma poltrona com assento falso, para suas necessidades, auxiliada por uma freira que fazia sua higiene, e à noite, eu ajudava a deitá-la (...). Ah! Como definir o papel que desempenharam em nossa família e em nossa vida, no despertar de nossa sensibilidade, essas velhas senhoritas, românticas e castas, piedosas e alegres, sempre à disposição, capazes de suportar sem contestar nossas conversas, nossas fabulações? Como, agora que desapareceram e que ninguém mais as quereria em casa? (ARIÈS, 1994, p. 19)

Além da forte influência familiar e social exercida pela convivência com os mais velhos no gosto do jovem Philippe pelo passado, ainda colaboraram decisivamente para o desenvolvimento de uma sensibilidade peculiar para a História certa inaptidão e desinteresse pelas profissões exercidas em família, quais sejam: as de engenheiro, de advogado e de comerciante.

Terminado o segundo grau, meu pai queria que eu fosse engenheiro, se possível, que cursasse a Politécnica. A idéia não me era desagradável: eu gostava de matemática. Então, comecei o curso superior de matemática, mas logo me decepcionei: não suportava a disciplina, a competição, o ritmo dos estudos e o acúmulo de informação. Comecei de novo a faltar às aulas e, por fim, confessei a meu pai que queria estudar história (ARIÈS, 1994, p. 48).

Finalmente, o fato de pertencer a um grupo social e político monarquista vinculado à *Ação Francesa*, partido anti-republicano e nacionalista conhecido por celebrar o passado e criticar o presente moderno; e à uma família que além de monarquista era tradicionalmente católica, colaborou para que Ariès se voltasse desde pequeno para os símbolos da Idade Moderna, para os signos de outrora, para as antigas histórias e tradições tanto da pátria francesa quanto de um catolicismo milenar (GROS, 2006). “(...) Experimentei uma vida fascinante, em meio a um mundo de objetos e recordações que evocavam o Ancien Régime, a Revolução, a emigração, a resistência à Revolução, um folclore que encantou minha infância” (ARIÈS, 1994, p. 25)⁴.

“Aluno difícil” e “indisciplinado” ao longo da vida, situando-se politicamente como um “reacionário” de “direita”, conforme as próprias palavras, Ariès decidiu abraçar a profissão de historiador, para desconforto do pai engenheiro, que achava a idéia uma “excentricidade”. Vencidas as barreiras familiares, iniciou o curso superior em Grenoble, por exigência paterna. A prudência indicava ser melhor mantê-lo longe da agitação de Paris, conforme afirmava o pai ao retomar o histórico escolar do jovem estudante. No entanto, foi na Sorbonne, em plena capital francesa, que Ariès concluiu o curso de História.⁵

Interessante notar que as teses do “reacionário” e “conservador” Philippe Ariès sobre a criança e a família modernas foram largamente utilizadas como inspiração pela juventude francesa esquerdista (comunista, socialista ou anarquista) no ano já mítico de 1968, na luta por uma sociedade mais livre e plural no que dizia respeito à cultura, à sexualidade e à educação. Não por acaso, um dos incentivadores para a publicação das suas obras foi Michel Foucault, um pensador emblemático da esquerda francesa. *Vigiar e Punir*, clássico publicado pelo filósofo, em 1975, dialoga convergentemente com as teses centrais de Ariès presentes na *História Social da Criança e da Família*.

Na Sorbonne, o autor se deparou com o que chamou de “filigrana” de uma maneira de escrever a História, que mais tarde seria a marca não apenas das suas pesquisas, mas da historiografia de toda uma geração. Ariès tasteava, na verdade, os primeiros sinais do que ficaria conhecido como História Social. Uma maneira de recontar o passado privilegiando a vida cotidiana do homem comum, seus hábitos, gostos, desejos, crenças e sensibilidades – e não mais apenas os grandes eventos políticos ou as ações do Estado.

Sobre esta “filigrana” que posteriormente se tornou a tônica da historiografia francesa, ele relembra que nos anos de 1930:

A existência de uma sociedade fora do Estado, o fato de que essa sociedade mudava e de que essa mudança não era devida à boa ou à má ação do Estado, eram idéias completamente novas e escandalosas na historiografia de direita. No entanto, os

⁴ Ao longo da Idade Moderna (séculos XVI-XVIII) desenvolveu-se em alguns países do continente europeu, destacadamente na França, um sistema político, econômico e social conhecido como *Antigo Regime*. Suas características gerais podem ser enfiadas em torno da existência de um poder monárquico absoluto, de uma sociedade estratificada (estamental), e do forte poder político exercido pela Igreja Católica Apostólica Romana. As revoluções burguesas ocorridas no século XVIII, em particular a Revolução Francesa, de 1789, marcaram a decadência do *Antigo Regime* (HOBSBAWM, 2009).

⁵ A Sorbonne é uma das universidades mais antigas da Europa. Sua fundação remonta ao início do século XII e se deu a partir de uma escola existente na catedral de Notre Dame. Atualmente, é um dos centros europeus de excelência no estudo das Ciências Humanas.

recentes estudos sobre as guerras de religião e sobre a revolução francesa revelavam a existência de um espaço social autônomo, onde atuavam forças religiosas, econômicas, culturais, todas não políticas (...). Éramos alguns estudantes muito sensíveis à menor alusão a um mundo que espreitávamos e que nos era oculto. Por “nós” já não me refiro à minha família espiritual de direita, mas aos futuros historiadores vindos de todos os horizontes políticos empenhados em causas opostas, reacionários impenitentes ou marxistas, ambos em busca de uma história coletiva profunda” (ARIÈS, 1994, p. 56).

Após ter se formado em História, Ariès tentou, por duas vezes, efetivar-se como professor da Sorbonne, por meio da realização do concurso de cátedra. Ressalte-se que os concursos para as raras vagas existentes eram pouquíssimo frequentes, uma vez que só eram abertos após a aposentadoria do titular, o que ocorria aos setenta anos. Além disso, após a formatura de Ariès, era clara a retração na abertura de novas vagas em toda a França (PROST, 2008).

Entre 1939 e 1941, em meio à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), num país ocupado pelos nazistas, ele se preparou disciplinarmente para as provas escritas e orais. Atravessava os dias estudando, recluso, na Biblioteca Nacional, “como em um convento”, segundo dizia. Conforme relato, (...) “passava os dias na BN, de 9 a 18 horas, quando um ordenança gritava com uma voz que ainda ressoa em meus ouvidos: “Senhoras e senhores, vamos [retomava o fôlego] FECHAR.” (ARIÈS, 1994, p. 78). Nesse período de estudo intenso se deparou com as obras seminais dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, influências fundamentais não apenas na obra de Ariès, mas em boa parte da historiografia social contemporânea.⁶

No entanto, mesmo após os preparativos, foi reprovado na prova oral nas duas tentativas de ingresso. De súbito, Ariès deu fim à iniciativa de se tornar pesquisador/professor da Sorbonne. “No fim desse estimulante período de descoberta, fui mais uma vez reprovado no exame oral do concurso. Dessa vez, não recomecei” (1994, p. 78).

Após o desapontamento com a última reprovação, ocorrida em 1941, se tornou professor durante um curto espaço de tempo, de um liceu francês. No entanto, após desavenças de toda ordem com o diretor da escola (“Ah, não nos entendíamos nessa escola!” (1994, p. 80) rumou para o referido Instituto de Pesquisa de frutas tropicais, local onde permaneceria por décadas.

Contraditoriamente, ao se distanciar da Sorbonne ou das salas de aula de todos os níveis, e ao encerrar oficialmente seus esforços para se tornar um historiador profissional, Ariès iniciaria a produção de um instigante conjunto de pesquisas que causou, inicialmente de maneira discreta, e posteriormente de forma retumbante, verdadeiro fascínio nas Ciências Humanas (e não apenas entre os historiadores) do século XX.

⁶ Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) fundaram, em 1929, a influente revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, hoje conhecida como *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Historiadores de várias gerações participaram ativamente da revista, dentre os quais se destacaram Fernand Braudel, Jaques Le Goff, George Duby e Roger Chartier, dentre outros. Os historiadores dos *Annales* propugnavam a ampliação do campo da História para além do estudo dos eventos políticos. Estimulavam o diálogo com outros campos de saber, tais como a Geografia, a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Análise do Discurso, a Psicanálise, a Filosofia etc. Procuraram substituir uma história que apenas relatava um acontecimento do passado para uma história que problematizasse questões do presente. A história seria, conforme defendido nos *Annales*, uma resposta do passado às questões do presente.

Dentre as primeiras obras, destacam-se *Histoire des populations françaises et de leur attitudes devant la vie depuis le XVIII siècle* (História das populações francesas e de suas atitudes diante da vida desde o século XVIII). Paris: Self, 1948 e *Le Temps de l'histoire* (O tempo da História): Ed. Du Rocher, 1951. Os dois livros obtiveram um sucesso “clandestino”, segundo Ariès, tendo sido, inicialmente, ignorados pelos historiadores e apreciados pelos geógrafos.

No entanto, sem dúvida que o clássico *L'Enfant e la vie familiale sous l'Ancien Régime* (A criança e a vida familiar sob o Antigo Regime), publicado pela primeira vez na França, pela Editions Plon, em 1960; e originalmente editado no Brasil pela Editora Jorge Zahar, em 1978, sob o título de *História Social da Criança e da Família*, iria alterar definitivamente o conhecimento dos outros sobre o “comerciante de bananas”. E o que é realmente importante: o nosso próprio saber sobre a história das crianças.

Conforme relato do autor, os colegas de ofício foram apreciando sua obra vagarosamente, “pouco a pouco”, “aqui e ali”. Assim, mesmo não possuindo um vínculo institucional com qualquer universidade européia, passou a ser convidado para proferir palestras no Centro Nacional de Pesquisa Científica, por Henri Lefevre, e para participar de seminários em Aix-em-Provence, a convite de Pierre Guiral. Lá conviveu com Michel Vovelle, Philippe Joutard e Paul Veyne.

Vale destacar que em 1980, já em idade avançada, ele aceitou o convite para entrar na prestigiadíssima EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), instituição interdisciplinar francesa reconhecida pela excelência de seus pesquisadores, dentre os quais se destacam Lucien Febvre, Fernand Braudel, François Furet e outros. O antigo caminho da docência e da pesquisa institucionalizada, encerrado por ele ainda na juventude, reiniciava-se numa outra época da vida, a velhice.

Uma pena Ariès não ter vivido muito mais tempo para usufruir da sua nova condição: a de um dos historiadores mais respeitados e influentes do século XX. Ele morreria em 1984, envolto pela consagração internacional, pelo reconhecimento dos pares – os historiadores, “esses animais bizarros” (1994, p.136) – pelos convites incessantes para entrevistas, palestras, bancas e publicações; e em meio ao convívio, sempre acaalentado, com estudantes de história de todos os níveis.⁷

Tudo o mais é legado.

A obra

Uma das mais características mais significativas dos trabalhos dos historiadores da segunda metade do século XX, dentre os quais se destaca a obra de Philippe Ariès, é o questionamento constante sobre a construção das maneiras de pensar e agir do homem comum ao longo do tempo e, em especial, nos dias atuais. Por que amamos ou odiamos desta e não daquela maneira? De que forma lidamos com a passagem do tempo e com a

⁷ Nesse período Philippe Ariès organizou e dirigiu, juntamente com o colega medievalista George Duby, a famosa coleção *Histoire de la vie privée* (História da Vida Privada), lançada na França pela Editions Du Seuil, em 1986 (dois anos após a morte do autor), e no Brasil pela Cia das Letras, em 1991.

proximidade morte? O que o uso de determinadas roupas, palavras e adornos revela sobre os desejos e a maneira de enxergar o mundo de uma dada classe social?

Em que momento tomar banho e comer à mesa, utilizando garfo e faca, se tornou sinônimo de boa educação? Por que as casas são como são? E as escolas? E os professores? Sempre foram assim? O que significam os rituais de intimidade que acreditamos ser naturais, tais como utilizar o vaso sanitário individualmente, escovar os dentes e pentear os cabelos? E o hábito disseminado de nos observarmos diariamente diante do espelho, examinando cabelos, poros, rugas, unhas, contornos do corpo? Como e por que os homens do passado brincavam, se medicavam, se lavavam, se amavam, choravam e comiam de determinada maneira? Como viviam antigamente e como vivemos hoje?

Ariès dizia caminhar pelas ruas parisienses excitando constantemente sua curiosidade sobre o presente/passado das pessoas e lugares ao se perguntar: “por que tal ou tal coisa”? A partir dessa curiosidade sobre o momento presente é que se voltava para o passado, tentando encontrar respostas plausíveis para as maneiras de ser e de sentir do homem contemporâneo.

Foi assim que o autor procedeu em relação à criança, à escola e à família, no clássico *História Social da Criança e da Família*, livro que demorou mais de dez anos para ser escrito.⁸ A obra, dividida em três grandes capítulos (*O sentimento da infância, A vida escolástica, A Família*), defende algumas teses (algumas posteriormente relativizadas) que iriam modificar radicalmente o nosso conhecimento sobre a criança e a família ocidentais.

Para comprová-las, utilizou de forma magistral grande variedade de documentos produzidos na Idade Média (séculos V-XV) e Idade Moderna (séculos XV-XVIII), sobretudo quadros e gravuras deste último período. Perscrutou também tapeçarias, tratados de moral e civilidade, diários, cartas, biografias de reis e de santos, testamentos, contos e muitas outras fontes.⁹

Em suas teses, o autor diagnostica que se as relações entre adultos e crianças são construções humanas, e não dados da natureza, elas nem sempre foram como hoje o são. Tais relações variaram conforme o período histórico e o espaço geográfico em que se desenvolveram.

As análises empreendidas por Ariès, buscando identificar as mutações ocorridas na convivência dos mais jovens com os mais velhos ao longo da Idade Moderna se tornaram exemplares. Elas passam pela análise do compartilhamento (Idade Média), e posterior distinção (Idade Moderna), das vestimentas, dos jogos, das brincadeiras e dos rituais de sociabilidade comungados entre uns e outros.

A própria subjetividade dos mais velhos em relação à infância – este período da vida hipoteticamente tão singular e tão diferente da maturidade – é uma **construção sociocultural de longuíssima duração**, que começou a ser gestada no século XVI

⁸ Infelizmente, a edição disponível atualmente no mercado editorial brasileiro, da editora LTC, eliminou grande parte do capítulo 2, *A vida escolástica*. Dele foram conservadas apenas as conclusões dos sete tópicos abordados por Ariès a respeito da história da educação. A passagem “Do externato ao internato” foi totalmente abolida.

⁹ Ariès credita à influência conjugal a utilização da arte em suas pesquisas. Sua esposa havia estudado História da Arte e o estimulou na descoberta de parte significativa dos quadros e gravuras que utilizou na escrita da *História Social da Criança e da Família*. Parte dessas gravuras se encontra na Biblioteca Nacional de Paris (Ariès, 1994).

européu, para se enraizar definitivamente na sensibilidade do homem ocidental nos séculos subseqüentes (XVII, XVIII e XIX), ao longo da Idade Moderna.

Ou seja, a maneira como os adultos “olham” para as crianças, reconhecendo-as como indivíduos diferentes de si, tal qual fazemos hoje, nem sempre existiu. Aliás, o fato de notar a criança é algo extremamente significativo para o autor. É sinal de que uma transformação histórica se opera lentamente, pois, com esse “olhar”, ela sai de uma espécie de obscuridade e se torna “visível” socialmente.

Saliente-se que o ponto de partida dos estudos de Ariès foi a Idade Média (séculos V-XV), um período em que “o sentimento de infância não existia” (Ariès, 1981, p. 99).

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÈS, 1981, p. 97).

É importante destacar que os estudos que surgiram a partir das pesquisas seminais do mestre francês, como os empreendidos por Jean-Louis Flandrin (1976; 1983) e Natalie Zemon Davis (1975), nos anos de 1970 e 1980, redimensionaram essa afirmação. Confirmou-se que sentimentos de interesse e indiferença em relação às crianças são coexistentes e passíveis de ser investigados em todos os períodos da história humana, inclusive na Idade Média ou muito antes disso. O mesmo constatou Jacques Gélis (1992, p. 328) em texto publicado na *História da Vida Privada*, obra dedicada “em memória” e “amizade” à Ariès:

O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula (...) (GÉLIS, 1992, p. 328).

Se a afirmação de Ariès de que na Idade Média não existia o sentimento de infância é hoje algo superado, sem dúvida que a tese segundo a qual foi justamente na Idade Moderna que **tal sentimento foi absolutamente recodificado, se transformando naquilo que hoje reconhecemos como o *nosso sentimento***, é evidência mais do que aceita.

Um sentimento tido pelo senso-comum contemporâneo como algo inteiramente natural – como o movimento involuntário de um piscar os olhos, por exemplo – mas que, na verdade, é pura construção humana. Uma construção que se dissemina de maneira heterogênea e desigual por diferentes países e classes sociais desde a Idade Moderna até os dias atuais.

Destaque-se, ainda seguindo Ariès, que o sentimento de infância é diferente da afeição ou do mimo (chamado por ele de “paparicação”). Na verdade, tal sentimento caracteriza-se pela certeza dos adultos de que a infância é um tempo de vida especial,

único, distinto, particular – e que, justamente por isso, necessita ser preservado do mundo dos mais velhos. Assim, durante esse tempo de salvaguarda, **a criança deve ser amada em sua singularidade, cultivada em suas potencialidades, educada em sua inocência e pureza e, finalmente, disciplinada em seus instintos.**

Pois é justamente ela quem dará seqüência não apenas ao patrimônio econômico ou à linhagem de uma grande família, como àquelas que existiam no passado medieval europeu. Ela continuará a história afetiva de um grupo cada vez mais voltado para si, para a intimidade do lar, para as afeições recíprocas e também para as alegrias e agruras do ambiente doméstico.

Daí resulta outra tese fundamental defendida por Ariès. **Concomitantemente à radical transformação na sensibilidade dos adultos em relação à infância, ocorrida na Idade Moderna, operou-se idêntica mutação em relação à família** – e ao sentimento que temos em relação a ela: “Daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção” (ARIÈS, 1981, p. 152).

As interpretações do autor sobre as transformações ocorridas na simbologia relacionada à família, sobretudo na iconografia européia, hoje são icônicas e se ancoram na análise das representações existentes, em quadros e gravuras, das refeições conjuntas, com pais e crianças sentados à mesa; nas imagens recorrentes de uma “boa morte”, ou seja, do falecimento do indivíduo em torno dos entes queridos; na temática cada vez mais humanizada do parto; na constante exaltação da sagrada família cristã, representada por José, Maria, o menino Jesus e outras.

Conforme indicou autor, estamos diante de uma nova configuração social e simbólica, que se origina e se consolida na modernidade, e que passa a ocupar um lugar distintivo e solenizado até então desconhecidos. Emergem os núcleos pouco numerosos, se comparados aos que existiam no medievo. Inicialmente nas cidades e entre os mais ricos, posteriormente também nos campos e entre os mais pobres. Eles são estruturados em torno de um centro afetivo composto quase que exclusivamente pela mãe, pai e filhos: a família nuclear.

Foi no fim do século XVII e início do XVIII que situei, partindo de fontes principalmente francesas, o recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e sua retração dentro de uma casa mais bem defendida contra os intrusos e mais bem preparada para a intimidade. Essa nova organização do espaço privado havia sido obtida através da independência dos cômodos, que se comunicavam por meio de um corredor (em lugar de se abrirem um para o outro) e de sua especialização funcional (sala de visitas, sala de jantar, quarto de dormir etc) (ARIÈS, 1981, p. 19).

É importante destacar, que a consagração da intimidade conjugal e a valorização moral do amor e do respeito entre pais e filhos, são construções culturais que insurgem simultaneamente à edificação do sentimento de infância. Aliás, conforme demonstrou Ariès, o interesse pela infância é uma expressão desse sentimento mais geral, que é o sentimento de família.

De um modelo mais aberto, existente na Idade Média, onde a criança aprendia as coisas da vida de forma comunitária, não apenas com os pais, mas também com os avós, os tios e os vizinhos em geral; passou-se para um outro modelo muito mais fechado e privatizado, erigido num mundo da “afeição necessária” entre pais e filhos, conforme nominou Ariès. Um mundo onde a própria convivência dentro do núcleo familiar se altera radicalmente, passando a corresponder

[...] a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume, e o gênero de vida. As promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade lhes repugnam (ARIÈS, 1981, p. 195).

Deste modo, num movimento de longuíssima duração, alteram-se tanto a sensibilidade das pessoas em relação à criança quanto em relação à família.

Nesse processo de **mudança lenta, heterogênea e não-linear**, assim como são os profundos movimentos de transformação cultural observados nas sociedades humanas, sem dúvida que a escolarização das crianças ocupou um lugar de fundamental importância.

Para o autor, uma das provas inequívocas da emergência de um novo sentimento de infância na Idade Moderna foi justamente a importância que os adultos passaram a atribuir à educação formal dos pequenos. Naquela época, o reconhecimento social e simbólico da escola como o espaço vital de preparação dos indivíduos para o porvir foi adquirindo mais e mais força e legitimidade. Até chegar, em última instância, aos dias atuais, onde direitos constitucionais asseguram às crianças e jovens, nas democracias contemporâneas, o acesso irrestrito à escola.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. (ARIÈS, 1981, p. 10)

Destaca-se, ainda, que a escola assume uma configuração na Idade Moderna até então inexistente e que, para nós, parece ter existido desde tempos imemoriais, tamanha naturalização pela qual essa instituição passou ao longo dos últimos séculos. Interessante notar como escola usufrui, na contemporaneidade, de uma espécie de autoridade histórica absoluta.

Além de ter se tornado o local prioritário para o cumprimento daquilo que Ariès chamou de “quarentena”, ou seja, da preparação das crianças para adentrarem futuramente no mundo dos adultos, **ela se transformou, concomitantemente, no lugar privilegiado para a aprendizagem não apenas de diversos saberes, mas também, e principalmente, de determinados comportamentos.** “A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto” (ARIÈS, 1981, p. 159).

Assim vislumbramos, por intermédio dos caminhos trilhados pelo autor, a emergência de um lugar consagrado tanto à preservação quanto à preparação da infância

para o devir. **Um local de passagem necessária.** Diferentemente do que acontecia na Idade Média, tempo em que o aprendizado das coisas da vida era vivenciado pelas crianças coletivamente, em meio a uma sociabilidade que não levava muito em conta a faixa etária do indivíduo; na Idade Moderna, quando elas passam a ser vistas como adultos em gestação, devem ir se preparar na escola **antes** adentrar no mundo dos adultos.

Essa percepção da escola como espaço de gestação da criança para o futuro colaborou, inclusive, para o prolongamento da duração da infância, visto que a permanência dos pequenos por mais tempo na instituição, durante um ciclo longo de aprendizagens, assegurou a dilatação da “quarentena”.

A escola moderna, por sua vez, instituição absolutamente inédita, herdou antigas práticas disciplinares cristãs (católicas e protestantes) e, justamente por isso, foi erigida em torno de uma lógica meticulosamente racionalizada e disciplinar. Importa destacar que a nova disciplina escolar, constante e orgânica, não se restringiu apenas a uma eficiente vigilância interna sobre os alunos (aferição do rendimento e aprendizado de cada um, separação das classes conforme a idade, graduação do conteúdo ensinado, inculcação de determinados valores morais e comportamentos), mas estendeu sua influência também para a família dos estudantes, que passaram, paulatinamente, a confiar à nova instituição a educação de seus filhos e, porque não dizer, de si mesma.

O processo de legitimação incontestável da instituição escolar como um ambiente definitivamente necessário para o desenvolvimento psicológico, intelectual, físico, moral e social da criança; assim como a inegável consagração pública pela qual essa instituição passou ao longo dos últimos séculos se deram, como pioneiramente demonstrou Philippe Ariès, no mesmo vórtice de transformações ocorridas na modernidade.¹⁰

Ressonância

É justo qualificar a obra de Philippe Ariès como fonte de renovada inspiração para as sucessivas gerações de pesquisadores que buscaram, desde os anos de 1960, desnaturalizar (ou historicizar, como diriam os profissionais da História) as relações entre a criança, a escola, a família e o mundo social.

Evidente que muitas de suas hipóteses foram revistas nas últimas décadas, por ele mesmo ou por outros pesquisadores. A boa ciência caminha por trilhas de constantes revisões e questionamentos, e não pelos atalhos aparentemente seguros dos dogmas.

Este é o caso, por exemplo, da já comentada tese sobre a inexistência do sentimento de infância na Idade Média, idéia que ainda hoje reverbera, em função de leituras apressadas da obra do mestre francês, com grande força pelas salas de aula brasileiras. O próprio Ariès alertou, ainda nos anos 1970, que seria melhor falar em **recodificação de um sentimento existente desde os primeiros registros da história humana – e não em invenção de algo completamente novo.**

¹⁰ Destaque-se que o mesmo Ariès demonstrou o quanto a legitimação da escola como o espaço ideal destinado à educação das crianças se deu de maneira conflituosa ao longo da Idade Moderna.

J.L. Flandrin criticou uma preocupação muito grande, “obsessiva”, de minha parte, com o problema da origem, que me leva a denunciar uma inovação absoluta onde haveria antes uma mudança de natureza. A crítica é justa. Este é um defeito que dificilmente pode ser evitado quando se procede por via regressiva, como sempre faço em minhas pesquisas. Ele introduz de uma forma demasiado ingênua o sentido da mudança, que, na realidade, não é uma inovação absoluta, e sim, na maioria dos casos, uma recodificação (ARIÈS, 1981, p. 13).

Há que se considerar, todavia, o momento em que Ariès escrevia a *História Social da Criança e da Família*, os anos de 1950. Naquele tempo, parte significativa dos historiadores franceses buscava dar explicações generalizantes, abrangentes e de longuíssima duração para os fenômenos sociais. Eles tentavam, sobretudo, esmiuçar as origens e continuidades desses fenômenos ao longo dos séculos, seguindo a fiel busca dos historiadores dos *Annales* por uma história total (PROST, 2008).

Não é por acaso que a obra em questão procura avançar da Idade Média, passar pela Idade Moderna e chegar até os dias atuais – e vice-versa. Não é por acaso, também, que uma pesquisa desse fôlego tenha sido gestada ao longo de tantos anos.

A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história comparativa e regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio dos dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início (ARIÈS, 1981, p. 22).

Esse tipo de explicação, que abarca grandes períodos históricos (Idade Média e Idade Moderna), ou todo um continente (Europa), corre o risco de deixar escapar os detalhes e as particularidades locais. No caso da *História Social da criança e da família*, por exemplo, estudos posteriores demonstraram a ocorrência de um sentimento de infância na Itália bastante diferente, em termos cronológicos, da França de Ariès, por exemplo. Isso já era, aliás, diagnosticado pelo próprio autor nas edições subseqüentes da obra.

Destaque-se, ainda, que a tese original de que o sentimento de infância que hoje reconhecemos como nosso se desenvolveu primeiramente entre os grupos europeus privilegiados socialmente (nobreza e burguesia) para depois se disseminar entre as classes populares, deve muito aos documentos com os quais esse historiador trabalhou. Boa parte deles, produzidos *pelos* grupos privilegiados e *para* os grupos privilegiados (obras de arte, diários, gravuras, tratados de civilidade etc), falam sobre a infância das crianças ricas.

Conforme indicou Moysés Kuhlmann (1998), um dos precursores do estudo das crianças no Brasil, quem sabe se Ariès tivesse se debruçado com o mesmo afinco sobre fontes que contam a história das famílias pobres, as conclusões a respeito da direção tomada pelo sentimento de infância (dos ricos para os pobres) não fossem tão unidirecionais. Mas aí teríamos *outro* trabalho, que não mais o *História Social*.

Vale destacar, porém, juntamente com o historiador brasileiro, que a busca de documentos que contem a história das crianças pobres em geral é um desafio constante

para pesquisadores de todos os países, não apenas os do continente europeu. Simplesmente porque os ricos tiveram muito mais condições para falar de si do que os menos favorecidos ao longo da história humana. A começar pelo acesso à leitura e à escrita.

No caso nacional, Mary Del Priore acertadamente observou, na apresentação da coletânea *História das crianças no Brasil*, que o pioneirismo de Ariès deve nos servir como inspiração, e não como bússola. Segundo a autora, “(...) as teses de Ariès instigam o historiador brasileiro a procurar suas próprias repostas”. (PRIORE, 2006, p. 10).

Conforme a autora, as respostas locais devem levar em conta que a massificação da escolarização das crianças, fato que contribuiu decisivamente para a emergência do sentimento de infância na Europa, conforme comprovou o autor francês, se deu no Brasil numa dinâmica muito diferente daquela ocorrida no velho continente. São realidades distintas e, por vezes, incomparáveis.

Além disso, a própria emergência da família nuclear burguesa no Brasil, com seus rituais de privacidade, afeto e intimidade, ocorreu num tempo e de um modo muito diferente do europeu. Nosso país, de longa tradição escravista e com uma industrialização lenta, adaptou-se de maneira própria ao capitalismo tardio implantado por aqui. Segundo Priore

Quanto à evolução da intimidade, sabemos que ela sempre foi precária entre nós. Os lares monoparentais, a mestiçagem, a pobreza material e arquitetônica – exemplificada nos espaços onde se misturavam indistintamente crianças e adultos de todas as condições –, a presença de escravos, a forte migração interna capaz de alterar os equilíbrios familiares, a proliferação de cortiços no século XIX e de favelas no XX, são fatores que alteravam a noção que se pudesse ter no Brasil, até bem recentemente, a privacidade tal como ela foi concebida pela Europa urbana, burguesa e iluminista (PRIORE, 2006, p. 11).

Não obstante, é preciso lembrar uma similaridade entre o século XVI europeu e o século XVI brasileiro, no tocante à ação dos jesuítas. Quando estes aqui chegaram, fundando os primeiros colégios e aldeamentos para catequização dos índios, o fizeram sob a influência direta desse sentimento moderno de infância que então desabrochava na Europa (PRIORE, 1991). Quanto desse sentimento teria se enraizado na cultura colonial brasileira?

É preciso lembrar, também, que os trabalhos publicados nas últimas décadas, tanto na América Latina, quanto na Europa ou nos Estados Unidos, tem buscado sublinhar, com especial atenção, as inegáveis desigualdades simbólicas decorrentes das diferenças sociais, étnicas, sexuais, etárias e educacionais determinadas pelo grupo social do qual a criança – este sujeito biológico e concreto – faz parte. Não apenas no passado, mas também nos dias de hoje.

A esse respeito, Donzelot (1986), Perrot (1992), Kuhlmann (1998, 2000), Campos (2009) e muitos outros demonstraram que, desde o século XIX, podemos apreender dois tipos básicos de representação da infância em no mundo ocidental: de um lado, a infância burguesa idealizada. De outro, a infância pobre, tida como potencialmente perigosa e

sobre a qual se deve redobrar a vigilância. Enquanto àquelas oriundas de determinados grupos sociais e econômicos são representadas como “puras”, “inocentes”, “graciosas” etc; as outras, procedentes das classes menos favorecidas, foram, e ainda o são, vistas como “perigosas”, como “moleques” ou como “menores”.

A esse respeito, ao falar sobre a história da educação francesa, Ariès nos revela um dado importante que talvez esteja nas origens dessa distinção na simbologia da infância rica ou pobre: houve um tempo em que a escolarização de uns e de outros, de nobres ou artesãos, se dava numa escola única.

Foi somente a partir do século XVIII que esta “escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário)” (ARIÈS, 1981, p. 128).

Isso se deu em função do aumento da escolarização (da “quarentena”) que naturalmente afastava os mais pobres do secundário; mas aconteceu, também, como consequência do receio compartilhado pelas elites intelectuais francesas de falta generalizada de mão-de-obra, caso todos seguissem o ciclo completo de escolarização, independentemente da origem social. Finalmente, decorreu das propostas iluministas para a educação. Aos ricos o privilégio de um ensino longo e clássico. Aos pobres, um ensino inferior e técnico (BOTO, 1990, 1996).

Ressalte-se que Ariès levanta a questão, posteriormente respondida por outros pesquisadores, se no século XIX não teria havido verdadeira regressão no sentimento de infância em função da demanda pela mão-de-obra infantil na indústria têxtil. Crítico da sociedade contemporânea, ele afirma que

O trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade da passagem para a idade adulta. Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo. Existe, portanto, um notável sincronismo entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram ao mesmo tempo, no fim do século XVIII, e no mesmo meio: a burguesia (ARIÈS, 1981, p. 129).

Para contar a história daqueles que ficaram duplamente sem voz (por serem crianças e por serem pobres), a história da assistência à infância tem se mostrado um terreno fértil, conforme indicaram Kuhlmann (1998) e Freitas (2001). Por outro lado, inúmeros trabalhos vem perscrutando as representações da infância no discurso pedagógico, desde os moralistas do século XVI, XVII e XVIII até os educadores dos séculos XIX/XX (BOTO, 1990).

Resta o fato de que a obra de Philippe Ariès é incontornável. Quer seja para compreendermos mais e melhor a história da família e da criança no ocidente, quer seja para entendermos o que vem sendo feito a partir das suas teses. Ao nos aproximarmos da *História Social da Criança e da Família* temos, ainda, a chance de conhecer um estilo único, vigoroso, denso e erudito de escrever história. A história escrita não apenas com método e rigor, mas, sobretudo, a história narrada com alegria e paixão.

Se os clássicos são, conforme classificou Italo Calvino (1993), livros que nunca terminaram de dizer aquilo que tinham para dizer; obras que quanto mais pensamos conhecer por “ouvir dizer”, sinceramente nos surpreendem quando as encontramos; escritos que são lidos muito mais por amor do que por respeito ou dever... resta-nos simplesmente...aceitar o convite para ler ou reler originalmente a obra de Ariès!

E concordar com o ensaísta italiano, para quem a relação estabelecida entre um clássico e o seu leitor prescinde da fala de intermediários – talvez até mesmo das considerações feitas neste texto.

A leitura de um clássico deve oferecer-nos alguma surpresa em relação à imagem que dele tínhamos. Por isso, nunca será demais recomendar a leitura direta dos textos originais, evitando o mais possível a bibliografia crítica, comentários, interpretações. A escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão; mas fazem de tudo para que se acredite no contrário (CALVINO, 1993, p.12).

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- _____. **Um historiador diletante**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BOTO, Carlota. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos** (Dissertação). São Paulo: FEUSP, 1990.
- _____. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 1996.
- _____. **O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes**. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN, Moysés (org). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- CAMPOS, Raquel Discini. **Mulheres e crianças na imprensa paulista: educação e história**. SP: Ed. Unesp, 2009.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Society and Culture in Early Modern France: Eight Essays**. Stanford, California: Stanford University Press, 1975.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FLANDRIN, Jean Louis. **Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société**. Paris: Hachette, 1976.
- _____. **Un temps pour embrasser: Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VIe-XIe siècle)**. Paris: Editions du Seuil, 1983.
- FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança**. In: **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GROS, Guillaume. **Phillipe Ariès, entre traditionalisme et mentalities. Itinéraire d'un précurseur.** Vingtième Siècle. Revue d'histoire. P. 121-140, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848).** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **A era dos impérios (1875-1914).** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KUHLMANN, Moysés. **Infância e educação: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Educando a infância brasileira.** In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (org). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Philippe Ariès: un historien en reaction.** Critique littéraire. Le Figaro, 22/05/1997.

PERROT, Michelle. Os atores. PERROT (org), In: **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In Priore (org.). In: **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Apresentação. In Priore (org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

PROST, A. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

*Recebido em outubro de 2011
Aprovado em novembro de 2011*